

REFLEXÕES SOBRE A EXCLUSÃO E A INCLUSÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR*

Lesi Corrêa**

Resumo

O artigo aborda a problemática "exclusão - inclusão" da Sociologia no currículo escolar, não restrita apenas a questão de legalidade da disciplina. Procura também analisar e desmistificar as intenções veladas das LDB'S, na busca de evidenciar o que ficou obscuro quanto à importância das Ciências Humanas no ensino de 2º grau. A análise da problemática do ensino de Sociologia é realizada a partir de um breve histórico da estruturação do ensino de 2º Grau no período de 30 a 92, tendo como foco central de estudos a legislação e a prática de ensino nos cursos de Sociologia na região de Londrina-PR. O objetivo deste estudo é buscar subsídios que auxiliem o repensar da situação atual da disciplina com base na história do passado.

Palavras Chave: Sociologia no 2º grau; Ensino de Sociologia no Paraná

Refletir a Sociologia, como e por quê?

Num ir e vir à sua origem, verificamos, que, a Sociologia sempre foi algo mais do que mera tentativa de reflexão sobre a sociedade moderna. Suas explicações sempre contiveram intenções práticas sobre o rumo das civilizações, como podemos perceber em Albert Speer, na sua obra "Por dentro do III Reich", quando diz:

"... Aliás não havia matérias, como a Sociologia, que poderiam despertar nosso juízo crítico... Parece-me acentuar essa deficiência, que entregou de pés e mãos atados uma geração aos processos de influência técnica, que se multiplicaram rapidamente." (SPEER, 1975, p. 14).

Partindo desta afirmação, Fernando Ávila adjetivou a Sociologia como "uma ciência não inocente". A capacidade da Sociologia formada de um juízo crítico sobre a realidade social e global é

terrível. Sabiam disso todos os regimes totalitários em cujos solos a Sociologia nunca se desenvolveu.

Em concomitância com o desenvolvimento da Sociedade Capitalista, está a Sociologia; vista como o resultado de uma tentativa de compreensão das situações sociais, nas diferentes fases desta nova sociedade. A divergência de interesses econômicos e políticos dos grupos e das classes sociais, da sociedade capitalista influenciou a elaboração do pensamento sociológico.

A Sociologia passa a constituir um projeto intelectual tenso e contraditório. Para uns é vista como arma poderosa para a manutenção dos seus interesses, para outros como expressão teórica dos movimentos revolucionários. Esta sua posição contraditória fez com que a Sociologia fosse banida das instituições de ensino.

Sendo considerada disciplina perigosa à manutenção da ordem, pelos governos militares, por sua dimensão política, pela natureza e as conseqüências de seu envolvimento nos embates entre os grupos e as classes sociais, e por refletir em que medida os conceitos e as teorias dos Sociólogos contribuem para manter ou alertar as relações de poder existentes na Sociedade.

* Este artigo constitui-se de dois capítulos da dissertação de mestrado "a importância da disciplina sociologia, no currículo de 2º grau. A questão da cidadania. problemas inerentes ao estudo da disciplina em 2 escolas oficiais, de 2º grau de londrina.

** Prof. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

O temor à força da disciplina fez, com que a Sociologia fosse excluída das universidades e dos currículos de 2º Grau²². E pelas mesmas razões e pelos mesmos instrumentos legais, a Sociologia volta a ser incluída, novamente nestas instituições²³.

Nossa preocupação com a problemática "exclusão - inclusão" da Sociologia no currículo escolar não está restrita, apenas a questão de legalidade da disciplina, como também desmistificar as intenções veladas das LDB'S, para que se possa evidenciar tudo aquilo que ficou obscuro quanto à importância das Ciências Humanas, sobre tudo a Sociologia, que como tal é portadora de conhecimentos capazes de dar ao ser humano em geral, e especialmente aos jovens, uma visão objetiva da realidade social no qual eles estão inseridos, permitindo-lhes situar-se nela de maneira mais consciente e positiva possível.

Para compreendermos a problemática, do ensino de Sociologia no Brasil, faremos um breve histórico da estruturação do ensino de 2º Grau no período de 30 a 92. Através desta visão histórica tentaremos analisar a evolução das legislações de Ensino, na busca de subsídios que nos auxiliem neste repensar da situação atual da disciplina com base na história do passado. Embora, partindo da legislação de ensino, vincularemos esta análise ao panorama político-econômica social pois acreditamos serem as forças políticas predominantes na sociedade que condicionam as leis.

Retomada histórica da intermitente introdução da sociologia nas escolas secundárias brasileiras.

A existência da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos das escolas brasileiras, não é recente. Data de 1890, com Benjamin Constant, dado a influência do mesmo nas tomadas de decisão do ministério, da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos; propôs uma reforma de ensino, introduzindo a Sociologia como disciplina obrigatória nos cursos superiores e secundários.

Reforma esta, influenciada por idéias positivistas, estabelecia a primazia dos estudos científicos sobre os de letras, com a introdução de Ciências Físicas e Naturais desde as classes elementares. Tal reforma parece ser a primeira, pois desde a 1ª Guerra Mundial que nada se modificou em relação a política educacional do País. É também produto

desta reforma a separação da Igreja do Estado marcando o crescente laicismo, o que favoreceu as instituições particulares.

As transformações econômicas e a expansão dos centros urbanos após a 1ª Guerra Mundial abriram caminho para "novas correntes pedagógicas"²⁴. Com a morte de Benjamin Constant, na época da implantação dos novos currículos, a questão da Sociologia foi deixada de lado. Em 1925 com a reforma Rocha Vaz, a disciplina foi introduzida na prática em escolas secundárias brasileiras.

Data de 1928 a criação da primeira "Cátedra de Sociologia" (FONTOURA, 1961p. 182) no Brasil. Em Pernambuco por Carneiro Leão, quando diretor da Instituição Pública, criou a disciplina de Sociologia na escola normal do Estado. "Gilberto Freyre é reconhecido como o primeiro professor de Sociologia" (FERRARI, 1983p. 84) do País.

Da mesma época a criação da cadeira (atual disciplina) de Sociologia, no Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro.

Posteriormente, 1931 surgem as disciplinas de Sociologia, nas escolas normais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No plano universitário surge em 1935 a cátedra de Sociologia, na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro). As Faculdades de Filosofia, que foram sendo criadas a partir de 1940, introduziram a Sociologia nas grades curriculares. A seguir as Faculdades de Economia e mais recentemente as Faculdades de Serviço Social, bem como as Escolas Normais e Institutos de Educação de todo o País, criaram também cadeiras de Sociologia, constituindo, pois, as Faculdades de Direito, a única exceção. A permanência da disciplina de Sociologia, nos currículos escolares, criados pela reforma de Francisco Campos em 1931, foi ininterrupta até 1942, quando a disciplina Sociologia perde obrigatoriedade no ensino secundário, por imposição da Reforma Capanema, cuja característica era a sobreposição do ideal político ao educativo, a preocupação com a democracia, o patriotismo e a educação socializadora.

A partir daí, e principalmente com os acontecimentos políticos ocorridos no país pós-64, a Sociologia foi sendo posta de lado. Neste período foi ministrada apenas nos cursos de habilitação para o magistério. Como podemos constatar no rol de reforma deste período. Da lei n. 5540/68 - diz Freitag:

"Na Lei da Reforma Universitária de 1968, se expressam contradições que caracterizam a própria formação social do momento. As alterações ocorridas na infra-estrutura (redefinindo saí laços de dependência ao introduzir a modernização tecnológica no sistema

²² Reforma CAPANEMA - 1942/LDB - Leis de Diretrizes e Bases 5692/71.

²³ LDB - 7024/82.

²⁴ Vide Obras e Lourenço Filho é Anísio Teixeira.

industrial interno) exigiram uma reestruturação em todo o Sistema Educacional. Este ao ser refuncionalizado precisou reproduzir a nova ideologia, como a nova estrutura de poder. Ao fazê-lo está entrando em choque com duas outras exigências: adaptar o Sistema Educacional à função de reprodução da força de trabalho, até então satisfeita muito unilateralmente, e garantir a manutenção da estrutura de classes, recentemente redefinida estabelecendo uma linha nítida entre povo (classe camponesa e operária) e alta classe média e classe alta (classe dominante).

"A prioridade das medidas disciplinares para o corpo estudantil brasileiro, face às de treinamento profissional eficaz, pode ainda ser ilustrada com o Decreto-lei n. 869/69, que introduz a educação moral e cívica nos três níveis de ensino. Esse decreto, mais do que qualquer outro texto de lei, torna bem explícita a função da escola como aparelho ideológico do Estado. "Essa lei ressalta a necessidade de preservação dos valores da nacionalidade e da força da unidade nacional, o aperfeiçoamento do caráter, a dedicação à família e à comunidade e o "Culto da Obediência à Lei", a preparação do cidadão" (FREITAG, 1980, p. 89-90).

A disciplina, Educação Moral e Cívica vem substituir a de Sociologia no Curso Superior, como também nos cursos de habilitação de Magistério. Esta lei, visava acima de tudo a solução da crise universitária mediante medidas disciplinares de cooptação e controle do estudante brasileiro. Sobre a posição da Sociologia, nesta época assim se manifesta Amaral Fontoura:

"...quando os jovens começavam a se entusiasmar pelo estudo da matéria, que constituía autêntico sucesso no curso, eis que outra reforma de ensino, suprime de repente a cadeira, sendo alegado... que a Sociologia era uma matéria muito perigosa para os jovens..."
(FONTOURA, 1961, p. 183).

Ratificando a exclusão da Sociologia, dos Cursos Superiores, a lei de n. 5692/71 estende para o 2º Grau, dando continuidade à política educacional do regime militar, iniciada com a lei 5540/68. Uma das principais inovações preceituadas pela Lei n. 5692/71 e, certamente, a que, suscitou freqüentes e acirrados debates é a que se refere à obrigatoriedade da profissionalização do aluno, a nível de 2º Grau.

Antes, com a lei n. 4024/61 havia o ensino secundário e o ensino técnico, este desdobrado em Industrial, agrícola e comercial. Percebeu-se que a realidade da educação brasileira não correspondia a intencionalidade desta lei.

O ensino profissionalizante estava sendo utilizado pelas classes menos favorecidas como tram-

polim para o curso superior, na busca de ascensão social, e, não uma profissionalização a nível médio. A consequência foi a pressão sobre as universidades que não tinham estrutura para absorver todo aquele contingente de jovens. Desta situação comenta Freitag:

"Começou-se, então, desenvolver uma política, para solucionar esta crise, que vacilava entre contenção e liberação das vagas do ensino superior, isto a partir de 1964 e especialmente, 1968. Essa política, para produzir os efeitos desejados, precisava influenciar também o ensino de 1º e 2º Graus. A lei n. 5692/71 é, nesses termos, não somente uma lei que procura corrigir as inadequações do Sistema de Ensino médio anterior, mas também uma decorrência necessária da Reformulação do ensino superior, a fim de ajustar ideológica, estrutural e três níveis de ensino" (FREITAG, 1980, p. 93).

Num regime autoritário, a estratégia encontrada para a solução desta crise, foi a força do poder, através das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

A lei n. 5692/71 unificou o ensino de 1a. a 8a. séries, tornou a profissionalização Obrigatória para todos os alunos de 2º Grau. Esse caráter profissionalizante genérico atribuído ao 2º. Grau visou atender a preparação do jovem para as múltiplas oportunidades que deveriam existir no mercado de trabalho, nas diferentes áreas ou setores da economia e, ao mesmo tempo, a solucionar ou a evitar o inquietante problema político-social da demanda maciça e, na maior parte das vezes, mal sucedida de contingentes cada vez mais numerosos de alunos à Universidade.

A partir da implantação da Lei n. 5692/71, as disciplinas ligadas às ciências humanas, Sociologia, Filosofia e Psicologia, deram lugar pela imposição da lei, as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Essas disciplinas são implantadas a partir da necessidade que o regime político vigente sentia de transformar as escolas em simples locais de reprodução da ideologia das classes dominantes, impedindo o desenvolvimento na juventude de uma consciência crítica da realidade a qual estavam inseridos.

Muitos foram os entraves, que inviabilizavam a aplicação desta Lei, tanto de natureza prática, como a seqüência de Pareceres de Resoluções quer a nível Federal, quer a nível Estadual. O insucesso de tais tentativas, aliado às constantes críticas de natureza teórica à referida lei, teriam levado à promulgação da Lei n. 7044/82, que acabou com o caráter obrigatório da profissionalização a nível de 2º Grau, considerando-se agora, o oferecimento ou não de profissionalização ao aluno desse grau de ensino uma opção de cada escola.

Com a promulgação da Lei n. 7044/82, a Sociologia lentamente começa a ser reabilitada pelos programas curriculares. Desta lei diz, Meksenas:

"... permite pensar uma escola de 2º Grau voltada para a contribuição à construção do direito à cidadania uma das fontes de revitalização da importância da Sociologia (MEKSENAS, 1992, p. 17).

A Sociologia volta aos currículos de 2º Grau como disciplina optativa, e na habilitação de Magistério no rol das disciplinas que compõem a área específica. Um dos grandes desafios da política educacional de hoje é tornar a disciplina obrigatória na escola de 2º Grau²⁵.

Nesta análise sobre a inclusão e a exclusão da Sociologia nos currículos escolares, percebemos o quanto a organização oficial do ensino no Brasil, além de retardar o início do ensino da disciplina, ainda tem se mostrado pouca inclinada a desenvolver seu estudo nas escolas de 2º Grau.

Não obstante, nos últimos trinta anos um grande número de Sociólogos têm projetado o Brasil, tornando-o um dos líderes da Sociologia na América Latina, e nossos sociólogos são respeitados em todos os meios científicos no exterior, como afirma Fontoura.

Nesta análise podemos perceber, o quanto os projetos de reestruturação da educação brasileira, estão atrelados às crises do capitalismo internacional respondendo às necessidades e desenvolvimento deste sistema.

Sob a égide da preparação para o trabalho e cidadania, a legislação de ensino modificou-se de forma extremamente contraditória: ora conciliando correntes em oposição, ora favorecendo uma delas. Evolução essa que beneficiou principalmente, as posições conservadoras em matéria de educação e ensino.

O caráter elitista, a dualidade do ensino acadêmico e profissional, traduzindo os interesses de classes sociais, a ampliação do ensino particular são algumas das marcas indicadoras desta característica da evolução do sistema.

Neste estudo podemos observar que desde o século XIX, todas as propostas educacionais, estão fundamentadas num único princípio: a preparação para a cidadania e para o trabalho (FONTOURA, 1961, p. 183). A negação da força do trabalho humano, todo o saber e a técnica estão voltados para o desenvolvimento do capitalismo.

As divergências de interesses econômicos e políticos dos grupos e das, classes sociais da sociedade capitalista agrária e industrial influenciaram efetivamente na elaboração e evolução do pensa-

mento Sociológico brasileiro, nos séculos XIX e XX.

A inclusão e exclusão da Sociologia nos currículos escolares está vinculada à problemática levantada pela crise de transição da sociedade baseada no capitalismo agrário à sociedade do capitalismo industrial ou seja da preponderância do capitalismo industrial sobre o capitalismo agrário e sobre todas as outras atividades produtivas.

Evidencia-se que toda (re)estruturação educacional da história do Brasil está articulada "às crises do capitalismo internacional" (OLIVEIRA, 1992, p. 396-402) e por isso voltada às necessidades de desenvolvimento e manutenção do ensino. Nossas reformas de ensino alardearam a necessidade de um único princípio fundamental, na educação da juventude brasileira; "a construção da cidadania e a preparação para o trabalho".

A edição de extensa legislação educacional tendo a ajustar o sistema de ensino à ordem econômica. Tendo por contexto os governos militares que se sucederam após o movimento de 1964, os elementos legais são a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, de n. 5692/71, os documentos que a complementam, em especial os pareceres do Conselho Federal de Educação e a lei que acabou por determinar a não obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau a n. 7044/82.

Na década de 80 revivemos a nível político, a rearticulação da crise no país, de forma bastante semelhante a crise da passagem do século. Em ambas tem-se a convicção da não realização da cidadania, manifesta tanto na passagem do regime monárquico para o regime republicano, quanto do militar para democrático. O objetivo da escola de 80 é alcançar a cidadania, a liberdade de participar. Da mesma forma em 90, a crise geral se manifesta nas dificuldades da indústria brasileira, no mercado internacional, no desemprego, no subconsumo, na corrupção, no desequilíbrio do sistema capitalista. O plano de reconstrução educacional, fundamenta-se no atrelamento da ciência à tecnologia, na redução de vagas públicas, na privatização do ensino, na exigência de sua maior eficiência, no compromisso com plena cidadania e justiça social ou seja, na recuperação da competitividade da produção brasileira no mercado internacional.

O Projeto de Lei em tramitação no Senado em 1992. - estabelece as diretrizes e fixa as bases da educação nacional. (do Senador Darci Ribeiro e outros). Diz no art. 2º do título I:

"A Educação Nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício responsável da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

²⁵ Acresce aqui esclarecimento; pela nova LDB da Educação, aprovada pelo Congresso Nacional, foram extintas as disciplinas E.P.B., Ed. M. e Cívica e O.S.P.B. - voltam as disciplinas Sociologia e Filosofia em todo o 2º Grau.

"Artigo 3o. - O ensino é ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Implantação progressiva da igualdade condições para o acesso à escola e a continuidade dos estudos;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas."

Como se pode observar, as propostas educacionais, desde o século XIX, inclusive a presente estão fundamentadas num único princípio: A preparação para a cidadania e para o trabalho.

Diante do quadro exposto cabe-nos perguntar - O que é isto, a Cidadania²⁶? Como é problemática a busca da essência, ou melhor a compreensão desta tão propalada Cidadania.

- O termo cidadania tem muitas conotações. Não pretendemos empenhar-nos em examinar e analisar seus componentes. Nosso objetivo primordial é a cidadania e em especial o seu impacto sobre a desigualdade social.

- Vimos na retomada história da educação no Brasil, que: - Toda sua estrutura está articulada às crises do capitalismo, portanto voltada às necessidades de desenvolvimento do mesmo; - Todas as propostas educacionais estão fundamentadas na construção da cidadania. Cidadania esta constituída no princípio de igualdade "todos os homens são livres, capazes de gozar de direitos".

Uma coisa nos intrigou nesta investigação, que o crescimento, desta cidadania em desenvolvimento, coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema de não igualdade, mas de desigualdade. Como é possível que estes dois princípios opostos possam crescer e florescer, lado a lado, num mesmo esforço? O que fez com que se tornassem aliados ao invés de antagônicos?

A ideologia existente na sociedade capitalista, responde de forma "velada"²⁷ à estas perguntas, ao mesmo tempo que beneficia enormemente a classe empresarial, a partir do momento em que ela consegue impor suas idéias, seus valores e, os trabalhadores aceitem como sendo a única visão correta da sociedade e passem a pensar com valores da classe dominante, cuja tendência é enaltecer os aspectos que acha positivo no capitalismo como: sociedade boa, de riquezas, de progresso, liberdade para empreender e torna-se rico.

Dentro deste pressuposto caberia a educação escolar ajudar o nosso desenvolvimento econômico e social e caberia ao Estado Militar adequar a educação brasileira a este tipo de desenvolvimento econômico. Isso explica as reformas educacionais, os

acordos "MEC - USAID"²⁸ que reforçaram os laços de dependência da educação brasileira aos interesses norte americanos, de tal modo que esta entrou num processo de crise que permanece até hoje.

Os acordos MEC - USAID, entendia-se que a educação reproduzisse a ideologia da Segurança Nacional. Na realidade, significou que se retirasse as disciplinas de conteúdo político amplo - Filosofia, Sociologia, Psicologia -, sob a suspeita alegada de que ameaçavam a segurança nacional. Essas disciplinas tratavam de temas políticos amplos, que ideologizavam a juventude. Daí a substituição por disciplinas destituídas de conteúdos críticos como Educação Moral e Cívica no curso de 1º e 2º graus e Estudos de Problemas Brasileiros no curso Superior. A reintrodução das disciplinas - Filosofia, Sociologia e Psicologia - pela Lei n. 7044/82, não deve, apenas, atender a interesses relacionados com o mercado de trabalho, mas sim refletir as preocupações dos profissionais dessas disciplinas com os objetivos que orientam a ação transformadora da educação, situação esta que deixa-nos bem clara Neidson Rodrigues quando diz:

"A educação do cidadão compreende afirmação para o exercício do trabalho mas, também, compreende o acesso aos valores da civilização e o contato com o desenvolvimento da ciência e das técnicas modernas. Compreende, ainda, a preparação política do indivíduo a fim de que ele possa se articular na vida social, dotando-o de condições que o habilitem a compreender, analisar e interpretar sua realidade, bem como ascender a postos que lhe permitam participação na construção histórica" (RODRIGUES, 1985, p. 57).

Temos consciência que a reintrodução dessa disciplinas não, salvarão o sistema educacional brasileiro, mas acreditamos que; - a preocupação dos professores desta área de ensino, voltada para a superação da educação autoritária, deve contribuir para a transformação histórica da Sociedade. Assim teremos uma escola compromissada com os interesses da transformação social voltada para a real compreensão da realidade que a cerca. Neste momento de crise a Sociologia como outras disciplinas trabalhadas numa postura "interdisciplinar" (FAZENDA, 1988: 10), poderão contribuir de forma eficaz e, contraditória, para a classificação desta escola, de seu papel de reprodução, recuperando a verdadeira ciência da história, o conteúdo necessário para a compreensão do real, possibilitando a apropriação dos conhecimentos científicos que permitam o conhecimento explicativo do homem, das relações sociais e de como estas se

²⁶ Estilo de pergunta, extraído do livro, A Fonoaudiologia no Brasil, p. 17 - de Isabel F. CAPPELLETTI.

²⁷ Não apresenta os aspectos negativos do capitalismo: Sociedade desigual, privações, baixos salários, falta de liberdade para se viver dignamente.

²⁸ MEC - Ministério da Educação e Cultura USAID - Unite State Agency For International Development.

(re)produzem, cumprindo assim, sua função no caminho da superação desta sociedade, na busca da Democracia plena tão bem conceitualizada por Paulo Meksenas:

"Lutar pela democracia é lutar pela participação e autonomia. Isso implica num constante aprendizado, p. saber viver com as diferenças ao mesmo tempo que se partilha os bens. Saber articular a liberdade (diferenças) com a igualdade (partilha) é vencer o grande desafio para a consolidação da democracia é recusar as leis como eternas, é acreditar na capacidade humana de FAZER, DESFAZER E REFAZER".
(MEKSENAS, 1992, p. 110).

Nesta retomada sintética, da nossa história, percebemos o quanto foi e está difícil transformar a democracia liberal na democracia plena. Num passado ainda recente, a reação dos conservadores de retaliação instaurou-se de imediato o regime autoritário.

Esperamos que nesta fase inédita (*impeachment*) na história política brasileira, a luta pela Democracia, possa continuar e, que possamos nos libertar da provocação dos fantasmas da democracia liberal, soltos por todo o território nacional.

Vimos nessa, abordagem histórica que a disciplina em estudo, está vinculada a um processo político. Por discutir as questões da sociedade, a Sociologia passa a fazer parte das forças políticas do país (MEKSENAS, 1992, p. 110), motivo pelo qual essa disciplina ficou um longo tempo na penumbra e, quem manifestasse, desejo de mudanças para construção de uma nova sociedade alternativa ao capitalismo, era considerado subversivo perseguido e até mesmo banido da sociedade.

Percebemos que a mudança do termo Sociologia para Ed. M. e Cívica, O.S.P.B. e E.P.B. deu-se dentro dos objetivos sociais e políticos do país. A disciplina foi mudando conforme a mudanças e interesses políticos e econômicos do Brasil.

No Paraná não foi diferente. As novas concepções foram introduzidas no currículo escolar, acompanhando as mudanças que se efetuavam no país. Daí nosso próximo capítulo, tratar de um estudo mais específico do Paraná, sobretudo de Londrina, local de pesquisa do nosso trabalho.

O repensar da prática educativa no Paraná

As mudanças que ocorreram no Paraná nas últimas décadas são amplas e profundas, as mais enfatizadas pelos teóricos: tentaremos condensar nesta síntese.

- Até a década de 60 o Paraná se apresenta próspero com a colonização do norte e oeste e um grande

fluxo migratório, expandindo as fronteiras agrícolas do Estado.

- Ainda durante a década de 60 e mais intensamente na década de 70 vivencia-se no Paraná o desenvolvimento rápido do capitalismo no campo, que impõe uma nova face produtiva ao Estado, criando algumas cidades pólos de desenvolvimento, como por exemplo, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo e Outras.

- Ocorre mudanças na relação cidade-campo e nas relações de produção agrícola, onde as pequenas propriedades são substituídas por uma agricultura mecanizada e moderna, levando a um processo de concentração da propriedade, como bem demonstra Fleishefresser, "somente na década de 70 mais de 100.000 proprietários ficaram sem terra" (OLIVEIRA, 1992, p. 39).

- Essa população rural começa a se deslocar para as cidades, para os grandes centros urbanos do Estado,

onde, parte da mesma é incorporada aos setores industriais e de serviços, e, outra parcela não consegue ter acesso às mínimas condições de sobrevivência, amontoando-se nas favelas e nas periferias.

- Segundo os dados do PNAD de 1990, apenas 17% da população do Estado está empregada no setor industrial, o que demonstra o baixo grau de industrialização do Estado e que a principal atividade ainda é a agricultura, mas não a agricultura de subsistência e sim a agricultura para exportação, como exemplificam bem o crescente cultivo de soja e trigo.

Estes fenômenos estão relacionados à realidade atual das cidades pólos do Estado, e Londrina é uma delas. Londrina e as outras cidades pólos vivem um processo de intensificação dos problemas sociais que vão se configurando em conflitos crescentes, pois, a população excluída que ainda não adquiriu o direito civil da venda da força de trabalho, também não consegue ser atendida pelo setor público.

Esta dinâmica em curso no Paraná, faz parte da política econômica implantada pelo governo militar, que impôs este processo de empobrecimento a toda nação, mas que começa a ser fortemente questionado a partir de 77-78, num movimento popular iniciado na região do ABC em São Paulo, que vai se espalhando por todo o país. Neste contexto os serviços públicos, como a educação por exemplo, tendem a se deteriorar, pois, o Estado não investe neste setor. Desta forma, essas populações oriundas do campo não conseguem ter acesso à escola, por falta de vagas e pela deficiência na prática educativa que não consegue atingir essa clientela, levando-a a desistir de estudar.

A política educacional da Lei 5692/71 que instituiu o 2º Grau profissionalizante, não conseguiu atingir essa população no Paraná, demonstrando-se ineficiente para esta realidade, ou seja, um Estado

não industrializado e com um processo intenso de concentração da propriedade da terra. Essa política supervalorizava as disciplinas técnicas em detrimento das humanas, não estava em seus objetivos a compreensão da realidade social, que no Paraná se tornava cada vez mais complexo. Essas escolas não cumpriram seu papel, pois nem profissionalizaram e nem prepararam os alunos para continuarem os estudos, frequentando uma faculdade.

Criou-se uma crise profunda na educação, um divórcio entre a realidade concreta, suas exigências sociais e a política educacional implementada. Junto a isto, soma-se o empobrecimento dos professores que começam a exigir melhores salários, quadro de carreira, democratização da administração escolar, bem como começam a criar propostas de melhoria educacional, isto já no final da década de 70. Acresce aqui lembrar a greve de 78 dos professores do Paraná, com inúmeras reivindicações pertinentes à estrutura escolar. Poderíamos inserir este movimento educacional no movimento social popular que crescia a nível nacional. Tais movimentos nacionais traziam à tona a questão da democratização do país, o fim da ditadura e melhoria nas condições de vida da população urbana e rural. Alguns professores do Paraná, mas precisamente dos núcleos de Londrina e Curitiba retomam teorias progressistas na educação, como os pensamentos de Paulo Freire e George Snyders. Demerval Saviani e José C. Libâneo publicam estudos específicos da prática educacional e sistematizam as tendências pedagógicas presentes na educação brasileira (LIBÂNEO, 1990: 19-44). Na década de 80 torna-se expressivo o debate educacional em todo o país. O Paraná não ficou de fora e com o "PMDB" no poder, "abriu-se" um certo espaço no interior da Secretaria de Educação Estadual, que promoveu intenso debate e estudo com a participação de professores representantes dos núcleos regionais para reestruturação de currículos, métodos de avaliação, programas de disciplinas (OLIVEIRA, 1992, p. 37-43).

A preocupação dos professores e cientistas neste debate era forjar um modelo educacional direcionado às classes populares, com intuito de escolarizá-las, democratizando o saber e a educação.

A elaboração de novos currículos e a implantação dos mesmos se dá de forma contraditória e conflituosa. O Governo do Paraná na gestão de 86-90, quando começou a implantar a nova política o fez de forma autoritária sem atualizar os professores, e sem criar condições para o funcionamento da nova política. Parecia proposital esta prática do governo: por um lado acatava uma política educacional progressista reivindicada por alguns setores da educação, por outro lado não oferecia condições para que a mesma se efetivasse, criando assim uma visão distorcida para os professores que não prepa-

rados culpavam a nova política pedagógica pela ineficiência da educação.

Estas transformações econômico-sociais trouxeram ao Paraná novos problemas sociais, que refletiram na educação e que impulsionaram os professores a repensarem a prática educativa. Este repensar ainda persiste e, com muitos reflexos no curso do magistério e na redescoberta da sociologia como instrumento útil neste processo.

A implantação da concepção crítico-social dos conteúdos na educação do Paraná

O novo currículo básico para o 1º e 2º Graus foi implantado no Paraná em 1990. A novidade que traz é que a incorporação da pedagogia histórico-crítico-social dos conteúdos, uma pedagogia progressiva segundo Libâneo (LIBÂNEO, 1990, p. 38). Esta tendência pedagógica tem como principal teórico Demerval Saviani, que tem como meta a síntese dos conteúdos científicos com a vida do aluno. O objetivo é levar o aluno a compreender os conteúdos e reelaborá-los no seu dia a dia (SAVIANI, 1978: 35).

Como ressaltamos anteriormente, este currículo é fruto de um debate e de uma luta que partiu de alguns setores, dos professores dispostos a transformar a educação para colocá-la a serviço das classes populares. Não são todos os professores que conhecem e compreendem a nova proposta. A compreensão dos princípios filosóficos que perpassam a proposta do novo currículo, exige identificação com a classe trabalhadora, e uma grande parte dos professores, ainda não se consideram trabalhadores, e não se colocam a serviço dos mesmos.

Partindo dessa premissa constatamos problemas inerentes a implantação do currículo, como:

a) A irresponsabilidade do Governo e da Secretaria Estadual de Educação quanto a atualização dos professores, o não equipamento das escolas, a não reformulação da estrutura burocrática escolar antes de entrar em vigor o novo currículo;

b) A resistência de alguns professores quanto ao, estudo das novas propostas, por considerarem muito crítica e anárquica.

c) A falta de conhecimentos filosóficos, históricos e sociológicos dos professores despreparados, limita a atividade educativa apenas à sala de aula dificultando a compreensão do novo currículo.

Para tentar amenizar estes problemas a Secretaria Estadual de Educação (SEED) iniciou, em 1992, depois de 2 anos da implantação do currículo, um curso de capacitação de 80 horas, visando a

inserir os professores dentro da nova concepção pedagógica. O 4º Núcleo Regional de Ensino de Londrina²⁹) preparou um curso "interdisciplinar"³⁰ para as professoras das áreas específicas do magistério, por compreenderem que este curso é estratégico para a efetivação das mudanças, uma vez que ele prepara professores para as primeiras séries da escola, e que também foi reformulado dentro dos princípios da nova concepção pedagógica. Da nossa observação em nossa prática nos dois colégios de Londrina, Instituto Estadual de Educação e Colégio Professora Maria Castaldi, que oferecem o curso de magistério, podemos perceber as contradições e os avanços que perpassam à implantação do novo currículo e dos novos programas das disciplinas específicas, conforme demonstramos na sequência.

A reformulação do curso de magistério em 1990.

Partiremos de uma breve análise dos currículos a partir de 45, ano da implantação da escola normal, no Instituto Estadual de Educação de Londrina. Revendo os currículos do curso de magistério, antigo curso normal de, 1945 até 1990 em Londrina, é notório sua vinculação com os contextos históricos específicos e com as concepções de educação predominantes em cada época, possibilitando assim a, análise e articulação da Sociologia nos mesmos, uma vez, produtos de realidades sócio-históricas diferentes. Da análise documental realizada detectamos:

De 1945 até 1962 este currículo não variou muito, predominando as matérias do núcleo comum nos dois primeiros anos, apenas, acréscimo de disciplinas como higiene, puericultura, educação doméstica e música; as disciplinas mais teóricas, como sociologia, psicologia, história e filosofia apareciam no último ano, 3º. ano.

Até 1952 a grade era composta de 20 a 22 disciplinas aparentemente desarticuladas, que representavam uma proposta educacional maior. Parece que o objetivo deste currículo, era dar noções gerais de organização doméstica e educação infantil, sem uma vinculação maior com a sociedade, que nesta época apresentava características bem conservadoras no Paraná, com um governo totalmente atrelado à política clientelista do Governo Federal.

A partir de 53 a grade aumenta o número de disciplinas para 25, e, 58 para 29 disciplinas, incluindo história, geografia do Paraná, estatística, anatomia e literatura, na tentativa de enriquecer

mais o curso. Em 58, aumenta-se a carga horária de Sociologia que é colocada no 2º e 3º anos.

O aumento do número de disciplinas não demonstrou ainda, uma articulação lógica, um objetivo claro, mas continuou demonstrando uma ausência de estratégia educacional vinculada à estrutura escolar como um todo. Isto se explica de certa maneira pelo fato de não existir, neste momento, nenhum movimento mais consistente de professores, bem como debates mais acirrados sobre a educação aqui no Paraná. Diferente de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se debatia a LDB - Lei de Diretrizes e Base que foi aprovada em 62.

De 62 até 73, a Sociologia é retirada do currículo assim como Filosofia e Psicologia da Educação, diminui-se o número de disciplinas na grade curricular de 29 cai para 24 disciplinas, e, inclui-se Educação Moral e Cívica e OSPB. Estas mudanças correspondem à conjuntura política da época, que caminhou para a ditadura militar, por isso é sintomático e retirada da Sociologia do magistério e a inclusão da Educação Moral e Cívica e OSPB.

Outro aspecto a ser ressaltado é a instabilidade dos currículos, praticamente mudados todos os anos, pelo fato de não existir no Estado uma discussão amadurecida sobre educação, sobre que tipo de educação se deseja oferecer aos alunos.

Conforme o Paraná foi se transformando, as concepções de educação sendo discutidas, a grade curricular foi sofrendo alterações, até chegar em 1990, quando elabora-se uma grade curricular para ser cumprida em 4 anos, onde pretende-se uma articulação maior entre as disciplinas do núcleo comum, sem supervalorizar esta ou aquela disciplina. Ocorre uma mudança interessante com relação a Sociologia, que passa para o 1º e 2º ano, incluindo aulas práticas de pesquisa científica. Isto indica o reconhecimento da necessidade de oferecer aos professores conhecimentos teóricos sobre a sociedade, pois sem estes o professor não conseguirá compreender e concretizar a nova proposta curricular do 1º Grau.

Desta forma, a nova grade do magistério consta de 14 disciplinas do núcleo comum e 18 do núcleo específicas. Os programas das disciplinas estão todo integrados na proposta pedagógica progressista e exigem a integração entre professores, através de trabalhos "interdisciplinares", como por exemplo, no primeiro ano está previsto um estágio coordenado por Sociologia da Educação, Introdução à Metodologia Científica e Psicologia da Educação, contando com o apoio de Português, redação de pesquisas e relatórios, e de matemática, formulação de tabelas, gráficos. Tem como objetivo, criar no aluno, já no primeiro ano, uma consciência crítico-social, científica e interdisciplinar, fundamental no decorrer dos próximos 3 anos.

No 2º ano o estágio é supervisionado por Alfabetização, Didática, contando com o apoio da So-

²⁹ Órgão responsável pelo ensino, na região metropolitana de Londrina - extensão da Secretaria Estadual de Londrina.

³⁰ Entendida como agrupamento de disciplinas, e, não "uma questão de atitude" (FAZENDA, 1992: 8).

ciologia da Educação, Psicologia e História da Educação, Português e Educação Artística. Aqui o objetivo é propiciar ao aluno o contato com as primeiras séries do ciclo básico das escolas estaduais, para a elaboração de análises histórico-sociais e aprenda os métodos de alfabetização com seus aspectos psicológicos e sociais.

Os estágios do 3o. e 4o. ano seguem a mesma dinâmica, ampliando a experiências sociais e educacionais dos alunos. A década de 80 foi muito rica em termos de discussões e debates sobre a sociedade e a educação propiciando aos professores do Paraná maior amadurecimento acerca das concepções educacionais articuladas com a realidade social em rápida transformação. Deste amadurecimento surgiram os novos currículos de 1º, 2º Grau de Magistério. Para o curso de Magistério, em especial, representa um avanço na visão sobre o curso, que é visto como estratégico para as mudanças na base da educação do Estado, atribuindo uma responsabilidade muito grande para os professores do curso, que devem assimilar rapidamente estas mudanças e implementá-las. E, é neste ponto que surgem as contradições, pois, não é uma proposta simples, exige muito estudo e trabalho, porém, os dois colégios de Londrina Instituto Estadual de Educação de Londrina e Colégio Professora Maria do Rosário Castaldi estão tentando viabilizá-la.

História, caracterização e implantação do novo currículo nas duas escolas de magistério em Londrina

O Instituto de Educação

O Instituto Estadual de Educação de Londrina localiza-se na rua Brasil, 1047 no centro de Londrina. É uma escola de 1º e 2º Grau, sendo que o 2º Grau oferece dois cursos profissionalizantes: Contabilidade e Magistério.

Funcionam sete turmas de 1º, 2º e 3o. séries do curso de Magistério, perfazendo um total de 630 alunas. O corpo docente é formado de 25 professoras das disciplinas específicas.

Das vinte e cinco professoras, vinte e quatro são pedagogas, e uma socióloga, contratada interinamente. São poucas as professoras novas na profissão. A maioria já trabalhava há vários anos, sendo que algumas já possuem 25 anos de magistério, mas continuam ministrando aulas. Este fato às vezes dificulta a implantação, de forma mais eficiente, do novo currículo do magistério e dos novos programas das disciplinas específicas. Possivelmente, o que mais influencia nessa circunstância

seja o desânimo, desinteresse por desencanto da profissão.

Percebe-se uma certa resistência, por parte de alguns professores, quanto a aceitação dos novos profissionais de formação específicas das diferentes disciplinas, Sociologia, História, Filosofia e Psicologia. Como também é visível a inoperância do ensino das disciplinas, mencionadas dentro dos novos programas, que exigem conhecimento profundo dos teóricos clássicos, como também uma metodologia mais especializada na pesquisa destas áreas.

Há um certo fechamento por parte dos professores, como também pela direção que não se mostra muito receptiva com a nova proposta e com os novos professores. Mesmo assim, existem ensaios de interdisciplinariedade no Instituto Estadual de Educação de Londrina. O estágio de 1º ano, por exemplo, é realizado em coordenação com Introdução à Metodologia Científica, e a Sociologia da Educação. O programa de Introdução é igual ao do Colégio Professora Maria do Rosário Castaldi, mas o programa de Sociologia foi alterado pelas professoras que trabalham esta disciplina. O livro adotado de Nelson Pilet, parece que não atende ao programa novo de forma articulada e sistemática; "este autor apresenta uma sociologia recortada em diversos problemas sociais que não se articulam num todo social, empobrecendo assim o conteúdo da matéria"³¹.

A professora Socióloga, contratada, interinamente, para ministrar aulas de Sociologia, em algumas turmas, reverteu este quadro. Introduziu textos de autores Sociólogos, como também trabalhou os clássicos, Comte, Durkheim, Max Weber, Karl Marx.

O estágio de 1º ano em 1991 foi realizado em creches do município de Londrina, onde as alunas fizeram pesquisas. Em 1992 procederam da mesma forma, pesquisando a história da creche na Europa, no Brasil e em especial de cada creche de Londrina.

No 2º ano as alunas realizaram estágio nas primeiras séries do 1º Grau, supervisionado pela professora

de Alfabetização e Didática, não conseguindo a integração de Sociologia, Psicologia e História, conforme reza o currículo. Segundo a professora de Alfabetização do Instituto Estadual de Educação de Londrina, complica muito para as alunas, envolver outras disciplinas, ela considera que a proposta da nova grade é muito bonita, mas impossível de ser realizada.

O estágio do 3º ano será implantado em 1993.

O magistério do Instituto Estadual de Educação de Londrina está mudando pouco a pouco, e o

³¹ Afirmação feita por professores de Sociologia, do IEEL como também pelos estagiários de Ciências Sociais.

trabalho de dois anos já demonstra alguns resultados positivos.

O Colégio Professora Maria do Rosário Castaldi

O Colégio Estadual Professora Maria do Rosário Castaldide 1º e 2º Graus, localiza-se na Av. Arthur Thomaz, 1181, Parque Jamaica, nas imediações do jardim Bandeirantes e jardim Tóquio. É uma escola de 1º e 2º Graus, sendo que o 2º Grau oferece dois cursos profissionalizantes: Eletrotécnica e Magistério. Um colégio mais jovem que o Instituto Estadual de Educação de Londrina, foi criado em 75 dentro da proposta de ensino profissionalizante da lei 5692/71, por isso se chamou primeiramente PREMEM Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Médio, dentro do acordo MEC USAID que previa a criação destes organismos a nível estadual para treinar professores e funcionários nos Estados, tornando os planos e currículos mais racionais e técnicos. O primeiro curso implantado foi o eletrotécnico. depois Educação Geral em 87, o Magistério.

Funcionam 4 turmas de 1a. série, 4 de 2a. série e 3 de 3a. série no Curso de Magistério perfazendo um total de 330 alunas matriculadas para 93 e 10 professoras das disciplinas específicas.

As alunas são, na sua maioria, de classe de renda média baixa, residem nos bairros próximos do colégio: Bandeirantes, Tóquio, Novo Bandeirantes, Jardim Leonor, Santa Rita, Jardim do Sol.

Devido a maioria das alunas residirem nas imediações do colégio, ocorre uma boa interação entre as atividades do bairro e a escola.

Das 10 professoras das disciplinas específicas, oito professoras são pedagogas, uma é psicóloga e a outra é socióloga. Duas professoras têm mais de 20 anos de magistério, as demais tem menos de 5 anos em média. Este fato ajuda muito, pois, não há muitos conflitos de gerações e posturas pedagógicas. Aqui as professoras mais jovens são bem aceitas pela supervisão e direção.

Diferente do que ocorre no IEEL Instituto Estadual de Educação de Londrina, no Colégio Professora Maria do Rosário Castaldi há maior disposição das professoras para a interdisciplinariedade e menos conflitos com a direção que tende a apoiar as iniciativas inovadoras no Curso.

Existe um certo fechamento das pedagogas, mas que não as impede de interagir com as outras profissionais. A Supervisora e a Diretora desta escola são formadas em Pedagogia, e reconhecem que o curso no colégio Professora Maria do Rosário Castaldi se enriqueceu muito a partir de 90, quando uma psicóloga assumiu as aulas de Psicologia da Educação e Pré-escola, e, quando uma socióloga assumiu as aulas de Sociologia da Educação em

1991. Atualmente fazem questão de ter estas professoras no colégio.

As pedagogas que atuam no colégio Professora Maria do Rosário Castaldi também tem procurado com frequência estas profissionais para ajudá-las na bibliografia e na elaboração de planejamento destas disciplinas, reconhecendo que em determinada situação não estão bem preparadas. Desta forma, o que tem ocorrido no magistério do Castaldi é uma interação franca e aberta, onde se reconhece os interesses divergentes no mercado de trabalho, mas também os interesses comuns de melhorar a qualidade do curso. Assim como o IEEL, o Colégio CASTALDI, se esforça para implantar a nova grade da forma mais coerente possível.

O estágio de 1º ano em 1991 não atingiu o objetivo de integração, ficando sob total responsabilidade da professora de Introdução à Metodologia Científica que apenas realizou pesquisas teóricas. Já em 1992 o estágio conseguiu integrar Psicologia, Sociologia, História da Educação e Introdução. A coordenação ficou com as professoras de Sociologia e Introdução a Metodologia Científica, que resolveram adotar o sistema de observação em creches criado pelo IEEL, com algumas alterações. O programa de Sociologia da Educação prevê para o primeiro ano, estudo das teorias clássicas e da implicação destes na Metodologia de pesquisa para contribuir com a Introdução à Metodologia Científica, que trabalha este assunto tecnicamente. Assim, uma disciplina complementa a outra.

Este 1º estágio, tem como objetivo ensinar as teorias sociológicas e psicológicas, demonstrar como estão vinculadas à realidade, ensinar como operacionalizar pesquisas científicas partindo de informações a fim de criar o gosto pela pesquisa e pela crítica fundamentada.

No final deste 1º estágio as alunas já escreveram uma "monografia", apresentaram e explicaram suas conclusões. No final de 92 as quatro primeiras séries apresentaram um amplo levantamento da realidade das creches em Londrina, cada equipe enfatizou um dos aspectos psico-pedagógico, histórico, sociológico, econômico, como também propuseram para 93 a elaboração de um projeto para as creches de Londrina que deverá ser encaminhado à prefeitura.

Deste modo avalia-se que é possível a implantação da nova proposta quando há integração entre as disciplinas, e quando isto ocorre, o crescimento das alunas é visível e gratificante.

O estágio do 2º ano no Castaldi, foi realizado com a supervisão da Professora de Alfabetização e Didática. O currículo pede a integração com Sociologia, Psicologia e História, contudo não foi atingido plenamente, o objetivo pela falta de entrosamento entre as professoras. No caso de Sociologia, História e Psicologia, as professoras se dedicaram

mais aos primeiros anos, ficando sobrecarregadas, bem como não havia muita abertura das supervisoras de estágio para atividades conjuntas, por considerarem muito trabalhoso diante do salário que os professores ganham. Mas, houve boa integração, mesmo sem ser planejada, entre Alfabetização Didática, Educação Artística e Educação Física, na elaboração de teatros infantis, livros de alfabetização, danças.

O programa de Sociologia no colégio Professora Maria do Rosário Castaldi, trabalha no primeiro ano a Sociologia Geral e no segundo, Sociologia Educacional. No primeiro ano o livro de Paulo Meksenas "SOCIOLOGIA" que traz textos de Marx, Durkheim, Engels, entre outros sociólogos modernos, dando uma noção geral do surgimento da sociologia e das principais linhas teóricas. No segundo ano trabalha com textos da Sociologia da Educação de autores como, Tratemberg, Velloso, Meksenas, Florestan Fernandes, Luckesi, entre outros; a professora também elabora seus textos.

Tanto no IEEL como no CASTALDI já podemos visualizar pequenos resultados com as alunas depois de dois anos de trabalho. Na conversa com as alunas, percebe-se um crescimento crítico considerável. Elas também reconhecem que mudaram muito depois do contato com as disciplinas teóricas. Valorizam muito a Sociologia da Educação a Psicologia e a História, e gostam das aulas e dos trabalhos. As alunas do 2º ano, do curso de Magistério, que vão agora para o 3o. ano, parecem amadurecidas para a continuidade do curso.

Também já aprenderam a reivindicar.

Em setembro de 92 por ocasião da votação do impeachment, as turmas da manhã pediram permissão à direção para irem na manifestação estudantil, a direção não apoiou. As alunas procuraram a professora de Sociologia e cobraram sua posição. Foi um momento muito interessante, pois as alunas, além da posição cobraram da professora a coerência com as teorias dadas em sala de aula. O mesmo fato ocorreu com os primeiros anos da tarde, que também procuraram a professora de Sociologia, dizendo que era impossível ficar na sala de aula enquanto o mundo desabava sobre suas cabeças, que o acontecimento das ruas, naquele momento, "era a melhor aula de cidadania e Sociologia que poderiam ter"³². A professora de sociologia e as alunas participaram da passeata. Naquele episódio, ficou clara a importância da nova proposta educacional, da Sociologia e da competência do professor.

A direção, se omitiu naquele momento, ficando claro o quanto a educação é contraditória. Estes problemas são comuns à maioria dos colégios públicos, não assumem radicalmente, uma política

pedagógica progressista, mas apenas toleram como toleram tantas outras ordens do governo.

Reflexões do curso de capacitação da SEED e a integração dos cursos de magistério do Norte do Paraná

O curso de capacitação para professores do magistério promovido pelo núcleo de Londrina em 1992 teve boa repercussão pela sua organização, sobretudo pela qualidade.

Foram dois dias de curso para cada disciplina, Sociologia, Psicologia, Didática, Alfabetização e História da Educação. As professoras fizeram todas as etapas. Participaram do curso professoras de várias escolas da região norte do Paraná, o que nos forneceu uma visão, ainda que superficial de como a "Sociologia" está sendo trabalhada de acordo com o novo programa. O curso foi muito rico pela troca de experiências, debates e atualização.

Com relação à Sociologia houve muita polêmica, pois, grande partes das professoras distantes aos conteúdos sociológicos, não tinham noções das teorias sociológicas, como o positivismo, marxismo, funcionalismo, néo-positivismo, liberalismo, entre outras. Assim, a primeira reivindicação das professoras que faziam curso, foi que se trabalhassem essas teorias, e, cuja exposição fosse feita por sociólogos. Reivindicação aceita pelo núcleo que convidou um professor de Sociologia, que expôs sobre o positivismo desde Auguste Comte até o marxismo de Karl Marx.

Houve uma participação expressiva como também pedidos de: sugestões de planejamento, e de como trabalhar estes temas no 2º Grau. Os dois colégios de Londrina IEEL e CASTALDI se destacaram na apresentação de suas experiências e como representantes da vanguarda na implantação do novo currículo, uma vez que os colégios dos municípios vizinhos tem procurado constantemente os dois colégios para a formulação de planejamentos.

Como a experiência com Sociologia deu certo, as coordenadoras do curso, tiveram a mesma postura com a outras disciplinas; chamaram psicólogas para os cursos de Psicologia, enriquecendo grandemente o curso. Para Introdução à Metodologia Científica foi convidada uma socióloga, que foi muito elogiada pelo seu trabalho quanto aos métodos de pesquisa e seus pressupostos teóricos.

Foi muito positiva a repercussão do curso, principalmente, no tocante a disciplina de Sociologia, reconhecida a real importância para a com-

³² Frase dita por algumas alunas, de 1º ano do Curso de Magistério.

preensão do novo currículo e, necessidade de mais aprofundamento da área.

As transformações sócio-econômico-políticas intensificaram as diferentes classes sociais e tornaram as relações sociais mais complicadas, exigindo mudanças nas concepções educacionais e na postura dos professores.

Estamos vivenciando este processo nas escolas públicas de Londrina com a implantação dos novos currículos e novos métodos de ensino. Verificamos que os professores têm muita dificuldade em assimilar e compreender tanto as mudanças sócio-político-econômicas, quanto as mudanças na edu-

cação. Neste contexto vemos o estudo da Sociologia, juntamente com os das outras disciplinas fundamental dentro das novas teorias educacionais.

Gostaríamos de ressaltar a importância da Sociologia, não só no curso de formação de professores de 1a. a 4a. séries, mas em todos os outros cursos de 2º Grau.

Parece que tal sonho começou a tornar-se realidade a partir de 1994, quando então, a Sociologia como também a Filosofia passaram a integrar o rol das disciplinas obrigatórias, nos currículos de todo o 2º Grau.

Referências Bibliográficas

- CAPPELETTI, Isabel F. **A Fonoaudiologia: reflexões sobre os seus fundamentos.** São Paulo: Cortez, 1985.
- FAUSTO, Boris et. al. **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930).** [S.l.:s.n.], 1985. v. 8.
- _____. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930).** [S.l.:s.n.], 1985. v. 9.
- _____. **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964).** In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986. v. 10.
- FAZENDA, Ivani Catarina A. **Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio.** São Paulo: Loyola, 1988.
- _____. **Integração Interdisciplinariedade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia.** São Paulo: Loyola, 1992.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. **Fundamentos de Sociologia.** São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- FONTOURA, Amaral. **Introdução à Sociologia.** 4.ed. Porto Alegre: Globo, 1961.
- FREITAG, Bárbara. **Escola Estado e Sociedade.** 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- OLIVEIRA, Luzia Herrmann de. **A Sedimentação partidária em questão; os políticos no Paraná de 1979 a 1990.** Londrina: UEL, 1992. (Mimeo.)
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. **Formação da consciência crítica: subsídios sócio-analíticos.** Petrópolis: Vozes, 1979.
- MEKSENAS, Paulo. **Sociologia.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Sociologia da Educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social.** São Paulo: Loyola, 1992.
- RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira. Educação & Sociedade,** São Paulo: Cortez & Moraes, set. 1978, p. 50.
- SPEER, Albert. **Por Dentro do Terceiro Reich,** Rio de Janeiro: Ed. Arte Nova, 1975.